



## REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALENTEJO CENTRAL

### Relatório I - Diagnóstico Social do Alentejo Central (versão resumida)

Estudo cofinanciado, integrado na Operação Assistência Técnica Alentejo 2020 – CIMAC

Arraiolos, 31 de Julho de 2017



## Índice

I. Enquadramento e apresentação do relatório	3
I.1. Objetivos e pilares orientadores	4
I.2. Roteiro metodológico	5
II. Sobre desenvolvimento social, conceitos associados e o contributo do Referencial Estratégico	7
III. Diagnóstico da situação e dinâmicas sociais no Alentejo Central	14 15
IV. A importância empregadora da economia social	
Ficha Técnica	22

## I - ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente documento - **Diagnóstico Social do Alentejo Central** – é um produto integrado na Prestação de Serviços para a Elaboração de um Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central contratada à MONTE-ACE pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC).

### Este diagnóstico organiza-se em quatro principais capítulos:

- O presente **capítulo I**, dedicado a um breve enquadramento e apresentação do relatório, seu roteiro metodológico e questões chave a considerar na sua leitura;
- O **capítulo II** apresenta e discute os principais conceitos, problematiza alguns desafios do desenvolvimento social e situa o contributo potencial de um Referencial Estratégico;
- O **terceiro capítulo** constitui o diagnóstico propriamente dito, que mobilizou fontes de informação diversas. Na sua introdução são explicitadas as dimensões de análise e as preocupações chave que presidiram à sua redação. A análise das iniciativas mais inovadoras, identificadas a partir da informação disponibilizada pelos municípios, e as respostas sociais existentes, para além dos serviços e equipamentos sociais, são identificadas no diagnóstico;
- O **quarto e último capítulo**, apresenta elementos estatísticos sobre a importância económica, nomeadamente empregadora, da economia social, destacando, sempre que a informação estatística disponível o permite, a situação do Alentejo Central;
- Integram ainda este documento, um **glossário** (glossário dos conceitos estatísticos utilizados) e **três anexos**: um Anexo estatístico (Anexo I); a listagem da rede de equipamentos e serviços sociais do Alentejo Central (Anexo II), construída a partir da Carta Social e validada pelos municípios; e, por fim o documento apresentado nos dois *workshops* intermunicipais realizados (Anexo III).

**Este Relatório é prévio, e complementar, ao “Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central” que é apresentado em documento autónomo. O Referencial integra, para além de outros, a identificação das fontes de financiamento da Economia Social.**

## I.1. Objetivos e pilares orientadores

Os objetivos da prestação de serviços, na qual este documento se integra, encontram-se enunciados no contrato celebrado, e são, em síntese, os seguintes:

- Caracterizar as problemáticas e desafios da economia social no Alentejo Central, aprofundando e sistematizando o conhecimento sobre os problemas e necessidades de intervenção social e mapeamento os equipamentos e respostas;
- Identificar margens de inovação e de criação de valor acrescentado nas respostas sociais existentes considerando, nomeadamente, as possibilidades de cooperação de recursos no território;
- Construir um referencial estratégico 2017-2020 para o desenvolvimento social do Alentejo Central, mobilizador do sistema de atores, orientado para o exercício de novas competências de planeamento e gestão na área social e gerador de valor acrescentado face às intervenções municipais.

Especificamente, a finalidade do diagnóstico é sistematizar e disponibilizar informação, reflexão e conhecimento sobre as dinâmicas sociais do Alentejo Central, identificando questões centrais (margens de inovação, problemáticas comuns, etc) que estruturam o Referencial Estratégico apresentado em documento autónomo.

Cumpre neste contexto partilhar **duas principais orientações subjacentes à elaboração deste diagnóstico:**

- Em primeiro lugar, o âmbito geral do estudo. A prestação de serviços e as respostas sociais dadas pelas entidades da economia social, conforme entendimento traduzido na conta satélite<sup>1</sup>, constituem o âmbito geral do estudo. Contudo, esta perspetiva foi cruzada com

---

<sup>1</sup> Artigo 4.º da Lei de Bases da Economia Social - Entidades que integram a Economia Social:

- As cooperativas
- As associações mutualistas
- As misericórdias
- As fundações,
- As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) não abrangidas pelas alíneas anteriores

aquelas que são as dimensões de problemas e desafios associados, de forma consensual, à intervenção social. Assim, e dada a significativa diversidade de entidades integradas na conta satélite considerou-se na análise do sistema de atores, na identificação de problemáticas e na caracterização das respostas, **o âmbito de atuação sobretudo das IPSS, integrando a visão e contributos fundamentais dos municípios para o desenvolvimento social dos respetivos territórios;**

- Em segundo lugar, o **contributo e espaço de um diagnóstico social regional**. Ele assume-se **complementar relativamente à informação e diagnósticos municipais, não sendo seu objetivo dispensá-los ou resumir-se ao seu somatório**. Trata-se sobretudo de identificar problemáticas e desafios comuns, a partir da visão dos atores e de indicadores estatísticos que poderão ser mobilizados para o Referencial, e de partilhar informação que permite identificar e decidir sobre a relevância, viabilidade e foco de intervenções supramunicipais e intermunicipais no domínio da coesão social, da organização e operacionalização de respostas sociais.

## I.2. Roteiro metodológico

A elaboração do presente diagnóstico decorreu entre Fevereiro e Julho de 2017 e foi suportada num conjunto de informação, estatística e documental, quantitativa e qualitativa, e num vasto trabalho de terreno que mobilizou a participação de todos os municípios e de um leque significativo de atores sociais. **Destacam-se as seguintes fontes de informação utilizadas:**

- INE, Segurança Social e IEFP, para caracterização estatística das problemáticas sociais e a atualização de indicadores sociais;
- Diagnóstico e Planos Sociais do Municípios;
- Carta Social;
- Documentos e relatórios vários, devidamente identificados ao longo do texto;

- 
- As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local (ACFACRDDL)
  - As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário (SCA), integrados nos termos da Constituição Portuguesa no setor cooperativo e social
  - Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitemos princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da LBES.

- Contributos escritos e documentos vários disponibilizados pelos municípios sobre iniciativas sociais, respostas sociais e outras questões colocadas pela equipa;
- Informação, reflexões e propostas de intervenção partilhadas pelas entidades e profissionais que participaram nas sessões de trabalho realizadas pela equipa.

A mobilização dos municípios e demais atores sociais constitui um elemento essencial no percurso de elaboração do diagnóstico e um contributo fundamental para os resultados atingidos. A metodologia adotada compreendeu um roteiro de sessões de trabalho, orientadas por objetivos e guião previamente definidos e partilhados, das quais resultaram informação variada, dúvidas e expectativas e pistas para a segunda fase do trabalho.

**As sessões de trabalho realizadas com os atores locais, determinantes para a produção do diagnóstico** foram, para além das reuniões de trabalho com a CIMAC, as seguintes:

- **14 Reuniões em 14 municípios**, realizadas entre Março e Abril 2017, que contaram com um total de **148 participantes**. Foi assegurada, na maioria dos municípios, a representação técnica e política da área da ação social. Estiveram presentes nestas reuniões, maioritariamente, os representantes locais nos Núcleos Executivos das Redes Sociais (Misericórdias; Educação; Emprego, Segurança Social e Saúde);
- **2 Workshops intermunicipais**, no Redondo e em Mora, no dia 08.05.2017, que contaram com a presença de um total de **22 representantes**, ao nível técnico e político, dos municípios (o único município que não assegurou presença foi Estremoz). Nestes workshops partilharam-se os resultados das reuniões realizadas e aprofundaram-se pistas de análise para o Referencial;
- **Jornadas de Trabalho**, em Évora, no dia 22.06.2017, que contaram com a presença de 52 representantes de entidades locais e regionais. Estas Jornadas foram dedicadas à reflexão, discussão e identificação de áreas de intervenção prioritárias para a Ação Social a considerar no Referencial Estratégico. Neste contexto, as suas conclusões, são apresentadas no documento dedicado a este Referencial.

---

## II. SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONCEITOS ASSOCIADOS E O CONTRIBUTO DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Neste capítulo discutem-se, de uma forma abstrata, alguns desafios associados ao desenvolvimento social dos territórios, cuja evolução tem determinado a utilização de novos enquadramentos conceituais. A temática do **desenvolvimento social** não pode aparecer desgarrada de uma série de conceitos que fazem parte do seu contexto, sendo a preocupação central deste capítulo enquadrar aqueles que são utilizados ao longo do relatório.

Neste sentido, se equacionarmos a missão da Ação Social<sup>2</sup> no quadro do desenvolvimento das sociedades e dos territórios, somos conduzidos ao entendimento de que aquela se prende com o exercício da cidadania, a inclusão social de pessoas heterogéneas, a promoção da igualdade no acesso a bens e serviços, ao trabalho e ao rendimento e com a criação de condições para que todos os cidadãos possam exercer os seus direitos. Trata-se pois de uma área de intervenção determinante para o acesso ao bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos.

A configuração atual dos fenómenos de exclusão social (diversidade nas causas, manifestações e soluções), a crescente vulnerabilidade face aos mesmos por parte de um leque alargado de pessoas, e os desafios e debilidades crescentes da economia da satisfação das necessidades, obrigam a **repensar a relação entre o económico e o social, entre competitividade e coesão e conduzem a um reequacionamento da Ação Social, nomeadamente do seu campo tradicional de intervenção, estratégias e recursos**. Emerge assim, a **necessidade de novos enquadramentos conceituais na configuração de políticas**, novas bases de análise dos problemas e novos e/ ou reformulados procedimentos de intervenção e metodologias de atuação.

Com desafios crescentes e com um campo de intervenção cada vez mais multidimensional e exigente em conhecimento e recursos, o contributo da Ação Social, protagonizado pela economia social, pela economia solidária, pelas entidades e políticas públicas e, também, por organizações

---

<sup>2</sup>Poderíamos falar de Intervenção Social. Segundo alguns atores sociais, este termo, aponta para um espetro de atuação mais alargado, integrando, não só, as respostas imediatas, mas também o processo de acompanhamento, inclusão e autonomia. Contudo quando falamos de Ação Social e Desenvolvimento Social é neste sentido: resposta associada a inclusão e processo de desenvolvimento do destinatário

privadas, tem sido, e continua a ser, determinante para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações e as condições de acesso à inclusão e participação na vida em sociedade.

No âmbito dos territórios, e se se pretende assumir a necessária evolução das respostas sociais em função da diversidade de fenómenos de exclusão, importa recriar novas relações entre políticas públicas, políticas regionais, organizações e instituições sociais e atividades económicas. As **Redes Sociais**, quando enquadradas por referenciais de atuação estratégica ao nível da organização e captação de recursos (de planeamento e intervenção, materiais e humanos), capacitação de atores e organizações, promoção do conhecimento e dinamização de parcerias, constituem um palco fundamental de transformação e um pilar chave de crescimento, desenvolvimento e inovação das respostas sociais.

**Estamos, neste contexto, a falar da valorização e promoção do crescimento inclusivo enquanto realidade subjacente ao desenvolvimento dos territórios.** Na aceção atribuída pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o crescimento inclusivo assume-se como padrão de crescimento sustentável que gera novas oportunidades económicas e produtivas e constitui uma prioridade âncora da Estratégia Europeia 2020. A **inclusão social** – dimensão chave e expressão alternativa nas abordagens do crescimento inclusivo – ilustra assim uma nova etapa assente na aceitação e valorização da diversidade, na cooperação entre diferentes competências e na aprendizagem da multiplicidade; um processo através do qual a sociedade, nas suas mais diversas dimensões, se adapta de forma a poder incluir todos os indivíduos que, por sua vez, se preparam para desempenhar um papel nessas sociedades.

Este desafio leva à necessidade de um diagnóstico plural acerca das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios, identificando potencialidades e estrangulamentos estratégicos assentes numa perspetiva holística da inclusão social.

Neste contexto, importa clarificar o entendimento da **Economia Social**, uma realidade com crescente importância económica e um conceito existente já há vários séculos mas que tem vindo a sofrer alterações e redefinições ao longo do tempo.

Embora existam a nível europeu distintas definições, em Portugal, a Lei de Bases da Economia Social consagra no nº1 do artigo 2º que *entende -se por **economia social o conjunto das***

**atividades económico -sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades referidas no artigo 4.º da presente lei.** O artigo 4º aponta como essas entidades: a) as cooperativas, b) as associações mutualistas, c) as misericórdias, d) as fundações, e) as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) não abrangidas pelas alíneas anteriores, f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.

A diversidade de entidades que podem estar subjacentes à alínea h) do artigo 4º da Lei de Bases da Economia Social leva a que o artigo 5º esclareça quais os princípios orientadoras que as entidades da economia social devem prosseguir. Assim, as entidades da economia social reger-se por: **a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais; b) A adesão e participação livre e voluntária; c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.**

Pode concluir-se, desde logo, que existe uma diversidade enorme de entidades ligadas à economia social e um conjunto de princípios orientadores que as regem. De forma a avaliar as principais características da Economia Social e o seu contributo económico para a economia nacional, o INE, ao abrigo de um protocolo com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) desenvolveu o projeto-piloto de **Conta Satélite da Economia Social para Portugal – 2010, cujos resultados foram divulgados em 2013.** Apesar de algumas limitações,

a Conta Satélite permitiu aferir a importância socioeconómica do setor da economia social, particularmente num período conturbado de crise. No final de 2016, foi divulgada uma nova Conta Satélite da Economia Social com informação atualizada para 2013, que foi alvo de aperfeiçoamento, permitindo uma leitura mais fina e clara do setor da economia social ao nível do território nacional, pois, entre outros aspetos, permite a desagregação por NUT II.

Contudo, importa mencionar que os dados apresentados pela Conta Satélite se referem às organizações previstas na Lei de Base da Economia Social, não considerando novas formas jurídicas têm vindo a surgir, como por exemplo sociedades comerciais de empreendedorismo social. É sobre este conceito que nos vamos deter um pouco.

A complexidade e interação dos problemas e desafios sociais como o envelhecimento da população, o desemprego estrutural, os elevados custos do sistema nacional de saúde, as alterações climáticas, entre outros, têm levado à criação e desenvolvimento de novas respostas na tentativa de mitigação destes problemas. Os movimentos de empreendedorismo social têm sido desencadeados quer por agentes da economia social já instalados, como por novas entidades que se integram no setor da Economia Social, com as mais diversas formas jurídicas.

O **empreendedorismo social** pode ser definido como o processo de desenvolver e implementar soluções sustentáveis para problemas negligenciados da sociedade. Este processo pode ter lugar em diferentes contextos organizacionais (como por exemplo uma organização do terceiro setor, uma empresa, uma instituição pública, ou através de uma nova organização). O empreendedorismo social tem alguns princípios centrais que incluem priorizar a criação de valor para a sociedade, o foco na inovação face às regras e soluções estabelecidas, a procura de sustentabilidade da solução desenhada e o empenho em capacitar os principais participantes na cadeia de valor. O empreendedorismo social é assim diferente, tanto da abordagem tradicional da caridade, como dos modelos de empreendedorismo comercial.<sup>3</sup>

A necessidade de desenvolvimento de novas respostas tem conduzido, frequentemente, à criação de soluções inovadoras e muito preocupadas com a sustentabilidade financeira procurando

---

<sup>3</sup> LIS, Nota de Investigação #1 – Glossário para a Economia Convergente, janeiro 2014

afastar-se da visão assistencialista tradicional e orientada para os resultados e retorno. São soluções que acrescentam valor às respostas tradicionalmente existentes, ou ao nível dos produtos ou serviços oferecidos, ou ao nível do processo de gestão ou organizacional de resolução do problema. Existe uma forte preocupação na medição dos impactos inerentes à adoção da solução proposta. Ou seja, trata-se de soluções que se enquadram no conceito de inovação social.

De facto, de acordo com a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social pode dizer-se que **Inovação social** é uma **solução distinta para um problema da sociedade com impacto positivo comprovado e superior às soluções existentes, tendo em conta o custo de oportunidade dos recursos utilizados**. Uma inovação social deve, idealmente, ser simples na conceção, replicável para outros contextos e assente em recursos baratos e abundantes, ou então em recursos e modelos de negócio altamente escaláveis. A inovação social<sup>4</sup> é o resultado bem sucedido de um processo de empreendedorismo social. Existem em Portugal numerosas iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) de elevado potencial de impacto em áreas como a empregabilidade, a prevenção de problemas de saúde, a promoção do sucesso escolar, a redução de desperdícios, o combate à pobreza e exclusão, entre outras. **Estas iniciativas necessitam de um ecossistema de capacitação e financiamento para crescerem e terem mais impacto, podendo surgir no seio de organizações já estabelecidas ou ter origem em novas gerações de empreendedores sociais**. A inovação social é assim um motor fundamental para a melhoria das respostas aos desafios sociais, tanto ao nível do dinamismo e sustentabilidade da economia social como da inovação em políticas públicas.<sup>5</sup>

É no contexto de uma Ação Social inovadora<sup>6</sup>, como resposta aos problemas concretos de condições de vida das populações e qualidade de respostas sociais presentes nos territórios protagonizados pelas diversas entidades públicas, privadas, solidárias, e sem preocupação de colagem a um ou outro conceito, que se entende o desenvolvimento social e que se enquadra o trabalho em curso.

---

<sup>4</sup> Inovação social entendida em três dimensões base: produto e serviço, processo (processos de gestão, nomeadamente desempenho, medição de impactos), organizacional (forma de fazer e de liderar a ação).

<sup>5</sup> Estrutura de Missão Portugal Inovação Social

<sup>6</sup> Ver nota 4.

Cumpra referir a este propósito o contributo dado pela discussão, em curso, sobre as propostas de atribuições e competências das CIM, em matéria de intervenção social, contempladas no “Documento Orientador, Descentralização, Aprofundar a democracia local” (República Portuguesa, Ministro Adjunto). A dinamização da cooperação, nomeadamente através de plataformas supraconcelhias, a organização e gestão do conhecimento para a intervenção, a resposta a problemáticas de inclusão que exigem recursos e atuações concertadas, são apenas alguns dos exemplos de domínios, também referidos pelo sistemas de atores nas sessões de trabalho realizadas, que exigem uma perspetiva holística e integradora das intervenções locais. **Inovar em termos de produto/ serviço, processos de trabalho, organização e liderança das respostas exige contar com todos e dispensa considerar a, por vezes recorrente e infrutífera, divisão/ separação entre economia social tradicional e a denominada nova economia social. Importa fundamentalmente identificar de que maneira se pode responder melhor, com mais qualidade, com melhores resultados para os destinatários e uma maior eficiência e eficácia na aplicação de recursos. E isto, implica inovação ao nível do serviço, dos processos de trabalho, da organização de respostas e da liderança de soluções.**

Estes são também, alguns dos domínios de contributos potenciais de um Referencial Estratégico Supramunicipal para o Desenvolvimento Social.

No quadro do trabalho em curso para a CIMAC, a construção do Referencial Estratégico e o seu contributo para o desenvolvimento social do Alentejo Central serão definidos através da identificação, análise e resposta a um conjunto de questões centrais:

- Quais as problemáticas e desafios de desenvolvimento social comuns ao Alentejo Central na perspetiva do sistema de atores?
- Quais as respostas e as intervenções que ganhariam relevância e coerência à escala supramunicipal na perspetiva do sistema de atores?
- Qual a informação e conhecimento que o sistema de atores deve possuir, de forma partilhada, de modo reforçar a cooperação e a qualidade das respostas sociais?
- Quais as dimensões de conhecimento, inovação e monitorização que urge promover à escala supra local na resposta aos públicos?

- Quais os problemas que exigem, no quadro das discussões em curso sobre competências e atribuições das CIM, centralidade política e uma abordagem supramunicipal?
- Quais os domínios de articulação entre o Referencial e as políticas públicas sociais?
- E, por fim, qual o posicionamento e perspetiva da CIMAC sobre a consagração do desenvolvimento social como área de intervenção a privilegiar no quadro das suas competências?

**A resposta a estas e outras questões encontram inúmeros e relevantes contributos neste diagnóstico**, construído com a participação dos atores do Alentejo Central. A resposta a estas questões encontra-se organizada no documento dedicado ao Referencial, e conta com o valioso contributo dos resultados das Jornadas de Trabalho dedicadas à construção do Referencial.

---

### III. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E DINÂMICAS SOCIAIS NO ALENTEJO CENTRAL

O presente diagnóstico está organizado em dez (10) principais dimensões ou áreas de análise que correspondem aos subcapítulos e, também, a focos, complementares mas individualizáveis, das problemáticas, dos desafios e da ação social. São eles: tecido institucional e sistema de atores; demografia e população; família, redes de apoio e sociabilidades; emprego e desemprego; educação e formação; habitação e condições de vida; proteção social; saúde (enquanto dimensão na prestação de cuidados sociais); segurança; pobreza e exclusão social; respostas sociais: rede de equipamentos e serviços e outras respostas.

Três preocupações presidiram à elaboração deste capítulo, conforme proposta apresentada:

- A sistematização e análise de informação estatística (fontes oficiais) das problemáticas sociais do Alentejo Central, evidenciando sempre que pertinente, características distintivas ao nível municipal; esta sistematização de informação estatística tem também por objetivo suportar a proposta de indicadores a considerar para uma monitorização das problemáticas sociais ao nível regional;
- A incorporação no diagnóstico, em cada subcapítulo, de informação qualitativa, recolhida junto do sistema de atores e, nomeadamente, do tecido institucional que intervém na área social em cada um dos municípios;
- E, por fim, a identificação de aspetos comuns, problemáticas e desafios, com vista à elaboração de propostas para o Referencial Estratégico e a incorporação das sugestões e contributos dos municípios, nomeadamente os decorrentes da análise do Relatório Intermédio.

**Neste contexto, no presente capítulo estão integrados um conjunto de gráficos, tabelas e figuras, fundamentalmente suportados em informação estatística, e um conjunto de informação qualitativa recolhida no trabalho de terreno. O anexo estatístico (anexo I) disponibiliza um conjunto complementar e mais desenvolvido de elementos estatísticos que apoiam a leitura deste capítulo, e em geral, do relatório.**

## IV. A IMPORTÂNCIA EMPREGADORA DA ECONOMIA SOCIAL

Nas últimas décadas o setor da economia social tem assistido a uma expansão notável, quer a nível nacional, quer a nível mundial. Num contexto de profundas mudanças económicas e sociais, sobressaem as potencialidades da Economia Social enquanto setor capaz de responder a novos e a velhos desafios colocados pelo envelhecimento demográfico, pelo impacto da globalização, das migrações, da pobreza e da exclusão social. A relevância deste setor é cada vez mais reconhecida, quer pela sociedade em geral, quer pelas autoridades públicas nacionais e europeias.

A própria Estratégia “Europa 2020” sinaliza as potencialidades do setor da economia social, reconhecendo o seu contributo para vários dos objetivos essenciais da União Europeia “como sejam o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o emprego de alta qualidade, a coesão social, a inovação social, o desenvolvimento local e regional e a proteção ambiental”<sup>7</sup>. De facto, atualmente, e segundo o Centro de informação Europeia Jacques Delors, **a economia social emprega, na EU, cerca de 14,5 milhões de pessoas**, o que representa cerca de 6,5% da população ativa da EU-27. Este setor caracteriza-se pela heterogeneidade e diversidade de atores, acolhendo cerca de 2 milhões de PME’s presentes em praticamente todos os setores económicos. De uma forma geral, estas empresas apresentam a forma jurídica de associações, cooperativas e mutualidades<sup>8</sup>.

O papel da economia social enquanto empregador assume cada vez maior importância, sobressaindo a sua **dupla capacidade de agir ao nível da facilitação da integração social e no mercado de trabalho e ao nível da criação de emprego**.

A nível nacional, para conhecimento e como reconhecimento da importância da **Economia Social** na Economia Nacional, foi lançada em 2010 a 1.ª Conta Satélite da Economia Social, com uma segunda edição em 2013. Nesta 2.ª edição da Conta Satélite da Economia Social, que apresenta

<sup>7</sup> Conclusões do Conselho da União Europeia sobre a promoção da economia social como fator essencial de desenvolvimento económico e social na Europa, 2015. Disponível em: [http://www.cases.pt/wp-content/uploads/ST\\_15071\\_2015\\_INIT\\_PT.pdf](http://www.cases.pt/wp-content/uploads/ST_15071_2015_INIT_PT.pdf)

<sup>8</sup>EUROCID (2013); Economia Social na União Europeia. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=7655](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7655)

resultados referentes a 2013, podemos constatar que **este universo é constituído por cerca de 61 mil entidades**, das quais 93,4% são Associações com fins altruísticos, seguidas das Cooperativas, Subsetores Comunitário e Autogestionário, Fundações, Misericórdias e Associações Mutualistas.

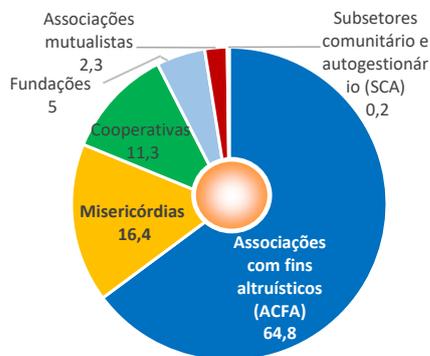
Em termos territoriais, a distribuição das unidades da Economia Social por NUTS II revela que as Regiões do Norte (32%), Centro (25,5%) e Área Metropolitana de Lisboa (23%) eram as que, em 2013, concentravam mais unidades da Conta Satélite da Economia Social. A região do Alentejo congregava, 10,5% destas unidades. Por NUT III constata-se que no Alentejo Central estão concentradas 2,8% do total de unidades da Economia Social<sup>9</sup>.

Em 2013, e no conjunto do país, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou 2,8% do VAB nacional, 5,2% do emprego total e 6% do emprego remunerado (equivalente a tempo completo – ETC). As remunerações pagas pela Economia Social representaram 5,2% do total das remunerações e a remuneração média neste setor correspondeu a 86,4% da média nacional.

Analisando o emprego, constata-se que este setor empregava em, 2013, cerca de 215 mil pessoas. Analisando a distribuição do emprego remunerado (ETC) por grupos de entidades da Economia Social, verifica-se que as Associações com fins altruísticos representaram 64,8%, seguidas das Misericórdias (16,4%) e das Cooperativas (11,3%). Em termos de atividades as que mais se destacam ao nível do emprego remunerado (ETC) na Economia Social são a Ação e segurança social que representam 44,6% do total, seguidas do Ensino e Investigação (10,7%) e dos Cultos e Congregações (9,3%).

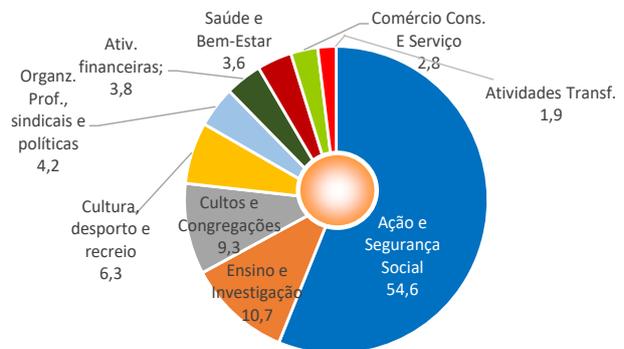
<sup>9</sup> INE, 2016, Conta Satélite para a Economia Social, 2013. Disponível em: [http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2016/12/Destaque\\_Conta\\_Satelite\\_da\\_Economia\\_Social.pdf](http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2016/12/Destaque_Conta_Satelite_da_Economia_Social.pdf)

**Gráfico 18 – Emprego remunerado na Economia Social por grupos de entidades (%)**



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

**Gráfico 19 – Emprego remunerado na Economia Social por atividade (%)**

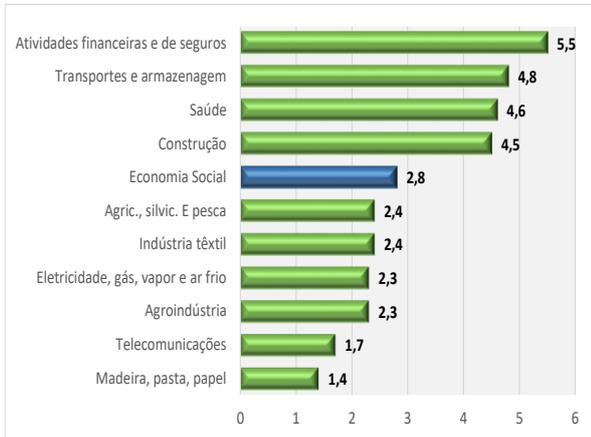


Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

As cerca de 61 mil unidades incluídas neste setor distribuem-se por um conjunto diversificado de atividades, sendo que a cultura, desporto e recreio concentravam, em 2013, aproximadamente 50% das unidades da Economia Social, seguindo-se a Ação e Segurança Social (15,6%) e os cultos e congregações (13,7%). As unidades com menor representatividade estão ligadas à Agricultura, silvicultura e pescas (0,7%), às atividades de transformação (0,6%) e às atividades financeiras (0,2%).

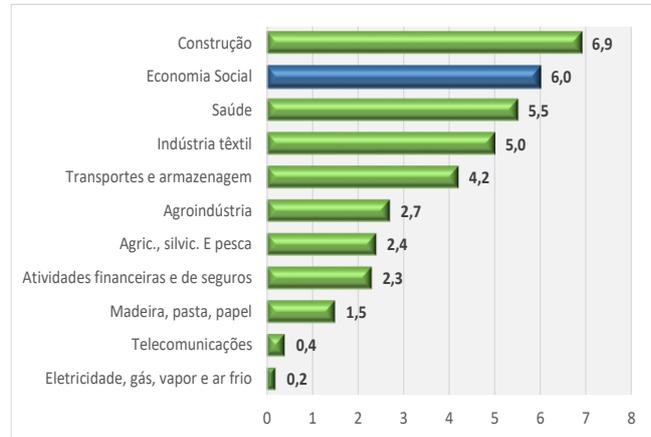
Assim, e talvez por ser um setor que se caracteriza por estar diluído nos vários ramos de atividade que compõe a economia nacional, **sobressai a sua relevância quando se comparam os pesos na Economia Nacional do VAB e do emprego da Economia Social com alguns ramos de atividade.** Em 2013, o VAB do setor era superior ao VAB de ramos de atividade como a agricultura, silvicultura, pesca, agroindústria, indústria têxtil e telecomunicações. Já o peso do emprego remunerado (ETC) da Economia Social no total da economia encontra-se acima ao de ramos de atividade tradicionalmente caracterizados pela utilização intensiva de trabalho como a indústria têxtil.

**Gráfico 20 – Peso do VAB da ES e de alguns ramos da economia nacional (%)**



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

**Gráfico 21– Peso do emprego remunerado da ES e de alguns ramos da economia nacional (%)**



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

De salientar ainda a importância relativa das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na Economia Social. Em 2013 foram contabilizadas 5.584 entidades com o estatuto de IPSS, que representaram 43% do VAB, 44,1% das remunerações e 60,4% do emprego remunerado (ETC) da Economia Social.

Um outro dado importante que importa aqui referir é o trabalho voluntário que constitui para muitas das organizações da economia social um recurso fundamental para o seu funcionamento. De facto, de acordo com os resultados do Inquérito Piloto ao Trabalho Voluntário 2012 do INE, estimou-se que cerca de 483 mil indivíduos tenham desenvolvido ações de voluntariado em organizações da Economia Social. Também foi possível estimar, tendo em conta o total de horas trabalhadas nas Contas Nacionais e os equivalentes a tempo completo (ETC) associados, que o trabalho voluntário, expresso em ETC, corresponderia a cerca de 41,8% dos ETC da Economia Social.

**A Conta Satélite da Economia Social dá-nos um retrato geral deste setor em Portugal, sendo que não viabiliza uma análise a nível regional. Efetivamente a informação estatística oficial sobre o emprego remunerado na economia social publicada pelo INE não se encontra desagregada por região NUTS III. Desta forma, iremos procurar retratar a capacidade empregadora da Economia Social no Alentejo Central com base nos resultados de um**

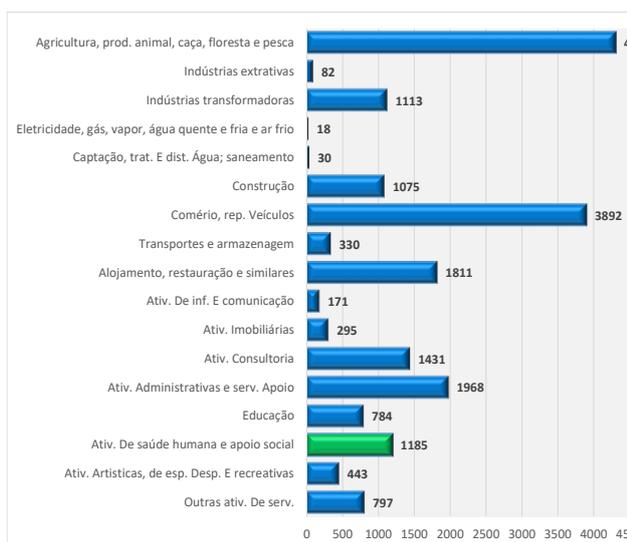
**inquérito online aplicado às organizações do terceiro setor do distrito de Évora no âmbito do estudo “Inovação Social no Terceiro Setor. O Distrito de Évora”<sup>10</sup>.**

Neste estudo foram contabilizadas **315 organizações do terceiro setor no distrito de Évora**. De acordo com a referida fonte, as principais características da economia social no distrito de Évora são as seguintes:

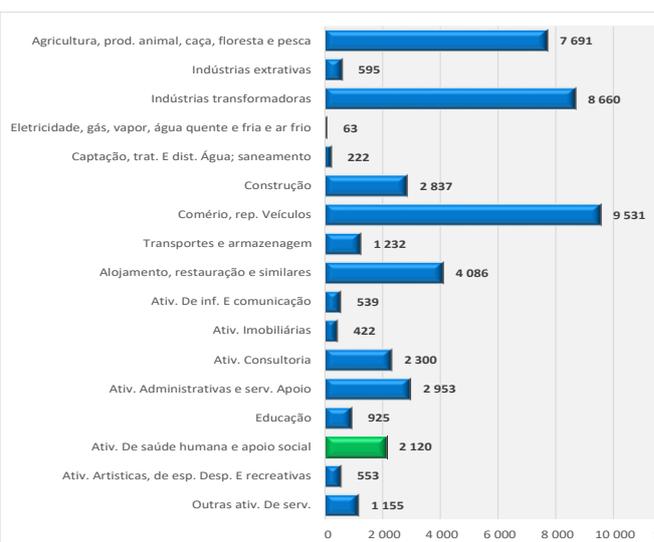
- No que se refere ao emprego remunerado, cerca de **39% das organizações respondentes têm entre 1 a 15 trabalhadores**, sendo que 17% afirmou não ter nenhum trabalhador remunerado. No sentido contrário, **9% das entidades inquiridas possuem entre 46 a 115 trabalhadores remunerados** o que, de certa forma, evidencia a importância empregadora deste setor no distrito.
- Os trabalhadores remunerados das entidades respondentes caracterizam-se por se concentrarem, sobretudo, no escalão etário dos **35 aos 44 anos** (maioritário em 40% das entidades), sendo que em termos de formação predominam, por um lado os trabalhadores com o **ensino básico (31%) e por outro lado, em igual proporção, os que detêm um curso superior**.
- De acrescentar a **elevada expressão do voluntariado nestas entidades inquiridas, sendo que em 46% dos casos existem entre 1 a 15 voluntários a desempenharem funções**. Em 31% das entidades respondentes estes voluntários são licenciados e em 51% dos casos este trabalho voluntário é regular e desenvolvido numa relação formal com as entidades que o acolhem (47%).
- Um outro indicador da capacidade empregadora do setor da economia social no Alentejo Central é o número de estabelecimentos e o número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos do setor de atividade “G - Atividades de saúde humana e apoio social” que engloba as atividades de apoio social com alojamento e sem alojamento. Segundo dados disponibilizados pelo INE, em 2015, existiam no Alentejo Central **1.185 estabelecimentos** deste setor de atividade que representavam 6,0% do total de estabelecimentos existentes nesta sub-região, e que face a 2011 registaram um **crescimento de 5,1%**.

<sup>10</sup> Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa (IGOT-UL), *Inovação Social no Terceiro Setor. O Distrito de Évora*, Fundação Eugénio de Almeida, 2013. O inquérito online foi lançado a 180 entidades e foram obtidas 78 respostas

**Gráfico 22 – Estabelecimentos (N.º) por Atividade Económica (CAE Rev. 3) no Alentejo Central em 2015**



**Gráfico 23 – Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos por Atividade Económica (CAE Rev. 3) no Alentejo Central em 2015**



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas. Última atualização: 02/06/2017

- No que diz respeito ao pessoal ao serviço nos estabelecimentos com atividades ligadas à saúde humana e apoio social existiam no Alentejo Central, em 2015, 2.120 pessoas ao serviço, o que face ao total significa um peso relativo de 4,6%. Em termos de evolução entre 2011 e 2015 o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos deste setor cresceu 6,2%.

Efetivamente, a Economia Social, tem vindo a ganhar importância quer a nível Europeu, quer a nível nacional não só em termos de valor acrescentado, como também em termos de emprego, sendo que o seu potencial de crescimento é significativo nomeadamente em cenários de crise, que fazem surgir novos problemas ou acentuam os já existentes, e também em virtude das transformações demográficas em curso, das alterações nas estruturas familiares e da crescente preocupação com a coesão social.

Como já foi referido no capítulo anterior, o Alentejo Central caracteriza-se por um elevado envelhecimento da população, associado a situações de isolamento geográfico e relacional dos

idosos, por dificuldades de atração e fixação da população, sobretudo população jovem, por taxas elevadas de desemprego e por uma significativa dependência, de boa parte da população, de prestações sociais. **Estes problemas, que podem ser entendidos como desafios ao sistema de atores, abrem inúmeras possibilidades de inovação, organização e expansão de respostas sociais.** O crescimento da Economia Social, e por conseguinte da sua capacidade empregadora, depende também da sua competência para criar, inovar, dinamizar e procurar novos caminhos, trabalhando em rede, associando-se a outros setores de atividade, como por exemplo o turismo ou a saúde, apostando na capacitação dos seus recursos humanos e na utilização das tecnologias de informação e comunicação. A economia social apresenta, neste contexto, contributos potenciais para o crescimento social e económico do Alentejo Central, para a criação de emprego, para o fomento do empreendedorismo social e, também, para o aumento e a qualidade dos equipamentos, serviços e respostas à população.

O Referencial Estratégico, que decorre deste diagnóstico, e que se apresenta em documento autónomo, propõe áreas de contributo potencial e domínios de resposta que poderão ser promovidos ao nível supramunicipal ou intermunicipal e que respondem a desafios identificados no decurso deste trabalho, nomeadamente nos momentos de trabalho com as entidades e atores locais e regionais.

---

## FICHA TECNICA

Este documento é uma versão resumida do **Relatório I – Diagnóstico Social do Alentejo Central**, parte integrante do **Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central**.

A versão completa incluiu a seguinte informação:

- I. Enquadramento e apresentação do relatório
  - I.1. Objetivos e pilares orientadores
  - I.2. Roteiro metodológico
- II. Sobre desenvolvimento social, conceitos associados e o contributo do Referencial Estratégico
- III. Diagnóstico da situação e dinâmicas sociais no Alentejo Central
  - III.1. Tecido institucional e sistema de atores
  - III.2. Demografia e população
  - III.3. Família, redes de apoio e sociabilidades
  - III.4. Emprego e desemprego
  - III.5. Educação e Formação
  - III.6. Habitação e Condições de Vida
  - III.7. Proteção Social
  - III.8. Saúde
  - III.9. Segurança
  - III.10. Pobreza e Exclusão Social
  - III.11. Respostas sociais: Rede de equipamentos e serviços e outras medidas
    - III.11.1 Rede de equipamentos e serviços da rede pública, privada e solidária
    - III.11.2 Outras medidas ou respostas sociais
- IV. A importância empregadora da economia social

GLOSSÁRIO

ANEXOS

Anexo I – Anexo estatístico

Anexo II – Listagem de equipamentos e respostas sociais no Alentejo Central

Anexo III – Apresentação *Workshops* Territoriais

**EQUIPA TÉCNICA MONTE - ACE:**

Marta Alter, Diretora Técnica

Inácia Lopes Rebocho, Coordenação projetos

Ricardo Carretas, Dinamização de projetos

**CONSULTORES:**

Clara Correia

Filipa Barreira

Mariana Rodrigues

**CONTACTOS:**

CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo central

Rua 24 de Julho, nº1, 7000-673 ÉVORA

TEL 266 749 420

FAX 266 749 425

E-MAIL [geral@cimac.pt](mailto:geral@cimac.pt)